



Gerardo Magela

Orçamento e Estatuto da Microempresa são prioridades para Renan

Votação do Fundeb e do projeto que disciplina a edição de súmulas vinculantes também poderá ocorrer este ano, segundo o presidente do Senado

Os senadores deverão empenhar-se, a partir da próxima terça-feira, para votar o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (conhecido como Supersimples) e o Orçamento da União. Essas são as prioridades definidas pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, para este ano, já

que, por falta de tempo, a reforma política – que, em sua opinião, é uma exigência da sociedade – deverá ser votada em 2007.

Renan também disse ontem que até dezembro o Legislativo deverá decidir sobre o projeto que disciplina a edição, a revisão e o

cancelamento de súmulas vinculantes pelo Supremo Tribunal Federal e a proposta que institui o fundo da educação básica (Fundeb), que se encontram na Câmara. **Página 3**

Conciliação de interesses

Logo após ter recebido o governador eleito do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, acompanhado de Marcelo Crivella, o presidente do Senado defendeu o aprimoramento do pacto federativo, conciliando os interesses dos estados com a responsabilidade fiscal. **Página 3**

Oposição volta a endurecer discurso contra o governo

No Plenário, vários senadores da oposição fizeram duras críticas ao governo. Heráclito Fortes e José Agripino denunciaram constrangimento a jornalistas da revista *Veja* pela Polícia Federal. Antonio Carlos Magalhães disse que os problemas nos aeroportos refletem “a falta de ordem no país”, enquanto Jorge Bornhausen anunciou que o PFL continuará na oposição, fiscalizando o governo.

Páginas 5 e 6

Governistas analisam vitória e pedem acordo

O segundo turno, conforme a líder do PT, Ideli Salvatti, serviu para clarear as propostas do governo e da oposição. Ela disse que agora é o momento de pactuar projetos de interesse do país – posição endossada por Sibá Machado. Roberto Saturnino afirmou que o povo mais simples formou sua opinião de forma independente das elites. Marcelo Crivella, além de aplaudir o vencedor, saudou a “aguerrida oposição”. Como todos os governistas, defendeu acordo em torno de propostas para o país.

Páginas 4 e 5



Márcio Kalume

Integrantes da comissão discutem e, no final, concordam em adiar depoimentos

CPI adia depoimentos de envolvidos na compra do dossiê

Sob a justificativa de falta de tempo para analisar documentos relacionados ao caso, a CPI dos Sanguessugas não ouviu ontem três acusados da tentativa de compra de dossiê contra políticos tucanos. **Página 7**

Amir Lando promete relatório até 22 de dezembro

O senador Amir Lando anunciou ontem que apresentará seu relatório antes do fim dos trabalhos da CPI dos Sanguessugas – previsto para 22 de dezembro. Os dirigentes da comissão avaliaram o andamento dos trabalhos. **Página 7**



Márcio Kalume

Valdebran Padilha (E), envolvido no caso do dossiê, comparece à CPI, mas não depõe

Bernardo Pericás Neto foi indicado para representar o Brasil em países caribenhos e Kátia Godinho Gilaberte como embaixadora na Mauritânia, um dos países mais pobres da África

CAE vota nomes para embaixadas do Brasil em Cuba e na Mauritânia

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deverá examinar mensagem do Poder Executivo com a indicação do diplomata Bernardo Pericás Neto para embaixador do Brasil em Cuba. Também será analisado por essa comissão o nome da diplomata Kátia Godinho Gilaberte para, cumulativamente com o cargo de representante do Brasil no Senegal, dirigir a embaixada brasileira na Mauritânia.

Pericás Neto, que é ministro

da primeira classe da carreira de diplomata do Itamaraty, deverá acumular a função de embaixador do Brasil em Antigua e Barbuda. As duas ilhas que dão nome ao país fazem parte do arquipélago das Pequenas Antilhas e localizam-se no Caribe, onde Cuba é a maior das ilhas.

O Itamaraty considera que a visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Cuba, em setembro de 2003, foi um marco histórico no relacionamento

entre os dois países. O ministro da Educação, Fernando Haddad, visitou Cuba em fevereiro deste ano, com o objetivo de aprofundar a cooperação educacional.

Localizada no noroeste da África, a Mauritânia é um dos países mais pobres do continente. Os entendimentos comerciais com o Brasil são ainda incipientes, segundo informações do Executivo, apesar de haver relações diplomáticas entre os dois países desde 1961.

Embaixador dos Estados Unidos visita o Senado

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ), na qualidade de presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), recebeu ontem, em seu gabinete, a visita do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Clifford M. Sobel. No encontro, o diplomata perguntou se o Legislativo brasileiro – a exemplo do Senado norte-americano – tinha ativa participação nas questões internacionais. Na resposta, Saturnino disse que a política externa brasileira sempre foi centrada no Itamaraty, mas deixou claro que o Congresso brasileiro, em especial o Senado, tem tido nos últimos anos maior participação nas questões externas, por meio da CRE.

Segundo Saturnino, Clifford Sobel – que assumiu o cargo de embaixador dos Estados Unidos no Brasil em agosto último e procurou, na conversa com o



Saturnino (2º à esq.) e Heráclito (E) recebem Clifford Sobel e o conselheiro Dennis Heam (D)

senador, inteirar-se em detalhes da política externa brasileira – mostrou-se interessado em ter maior contato com a CRE. O parlamentar pelo Rio de Janeiro ficou satisfeito com a intenção do embaixador e chegou a agendar sua visita à comissão para o dia 30 de novembro, para que Clifford Sobel possa fazer a sua apresentação e dialogar com os senadores membros do colegiado.

Em entrevista à Agência Senado, Saturnino voltou a defender maior incremento comercial e político do Brasil com países da Ásia – com destaque para a Índia – e a África do Sul, a exemplo do que vem sendo feito, segundo lembrou, pelo governo do presidente Lula. Para o senador, a diversificação da presença brasileira no exterior é fundamental para o crescimento do país.



Proposta em exame na Comissão de Justiça é de autoria de Cristovam Buarque

Projeto prevê cooperativas de vigilantes na segurança privada

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar em uma de suas próximas reuniões, em decisão terminativa, projeto do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que permite a participação das cooperativas de vigilantes no setor de segurança privada, incluindo vigilância de estabelecimentos públicos, comerciais e residenciais.

Na justificativa do projeto (PLS 66/06), Cristovam lembrou que os cooperados aguardam quase 1

milhão de novas vagas, que, observou, não são efetivadas em virtude de restrições impostas pela Lei 7.102, de 1983, que restringe a participação das cooperativas no setor de segurança privada.

– Trata-se de um retrocesso ao crescimento já alcançado pelas cooperativas – disse Cristovam, ao prever que os preços cobrados pelas cooperativas de vigilantes seriam de 20% a 40% inferiores aos praticados pelas empresas especializadas em segurança.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário realiza sessão às 14h

A sessão de hoje no Plenário do Senado está marcada para as 14h. De caráter não-deliberativo, destina-se a pronunciamentos dos parlamentares, a comunicados da Mesa diretora e das lideranças partidárias e à apresentação e leitura de propostas. Os primeiros senadores inscritos como oradores são Roberto Saturnino (PT-RJ) e Marcelo Crivella (PRB-RJ).

Visite o Senado

O Senado Federal oferece visitas guiadas por toda a Casa, que começam no Salão Negro do Congresso Nacional, entre 9h30 e 17h, inclusive durante os fins de semana e feriados. As visitas têm início a cada 30 minutos.

Linha direta

Por meio do Alô Senado, o cidadão pode tirar dúvidas sobre propostas em tramitação. O serviço funciona das 8h às 20h, nos dias úteis, pelo telefone 0800 612211. Contatos também pelo endereço alosenado@senado.gov.br.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papatéo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 2º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pela senadora Heloísa Helena

Serys propõe novos critérios para escolha de integrantes do CNE

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) apresentou projeto de lei para evitar que membros do Conselho Nacional de Educação (CNE) atuem em causa própria ou de terceiros, ao participarem das decisões do órgão. A proposta, que aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), proíbe a escolha, para a Câmara de Educação Superior do órgão, de indicados que até três anos antes do ato de nomeação tenham sido proprietários de estabelecimentos particulares de ensino superior ou de suas mantenedoras, ocupado qualquer cargo ou prestado consultoria ou assessoramento a esse tipo de instituição.

O projeto (PLS 101/06) também impede os conselheiros da Câmara de Educação Superior de relatar e votar pareceres relativos a instituições públicas de ensino superior com que tenham vínculos de emprego, a instituições privadas de que tenham sido proprietários, sócios ou acionistas e àquelas a que tenham prestado consultoria, assessoramento ou nelas ocupado qualquer cargo, exceto o de professor, antes de



Serys quer restringir nomeações para a Câmara de Educação Superior do órgão

decorrido o período de oito anos de desligamento.

Atribuições

O Conselho Nacional de Educação possui, entre suas principais atribuições, a de subsidiar a elaboração e acompanhar a execução do Plano Nacional de Educação; manifestar-se sobre questões que abranjam mais de um nível ou modalidade de ensino; assessorar o Ministério da Educação no diagnóstico dos problemas; e deliberar sobre medidas para aperfeiçoar os sistemas de ensino, especialmente no que diz respeito à integração dos seus diferentes níveis e modalidades.

Projeto adota IPCA no reajuste de valor para exigir registro de imóveis

Imóveis com valor inferior a 30 salários mínimos (R\$ 10,5 mil) estão livres da necessidade de ter escritura pública em negociações que envolvam constituição, transferência, modificação ou renúncia aos direitos reais sobre sua posse. Mas o uso do salário mínimo como índice para reajuste é vedado pela Constituição. Para corrigir o que considera “equivocado do legislador”, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) apresentou projeto de lei que adota o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para reajustar o valor a partir do qual há necessidade de registro de escritura pública.

O projeto (PLS 271/06) pretende corrigir dispositivo do Código

Civil (Lei 10.406/02) que, mesmo após a promulgação da Constituição, ainda prevê o uso do salário mínimo como valor de referência. O texto constitucional veda a vinculação do salário mínimo para qualquer fim, o que já foi confirmado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em diversas oportunidades, lembra Raupp.

A proposta do senador – que terá decisão terminativa na Comissão de Justiça (CCJ) – além de propor a adoção do IPCA, fixa em R\$ 6 mil o valor a ser corrigido anualmente por esse índice. Esse valor, segundo Raupp, equivale ao que correspondiam 30 salários mínimos na época de entrada em vigor do Código Civil.

Presidente do Senado diz que Legislativo deve votar até dezembro projeto sobre as súmulas vinculantes e a PEC do Fundeb. Reforma política só deverá ser apreciada em 2007

Senado prioriza votação do Orçamento e do Supersimples

A partir da próxima terça-feira – data em que recomeçam as sessões deliberativas no Senado –, os senadores deverão empenhar-se para votar o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (conhecido como Supersimples) e o Orçamento da União. Essas são as prioridades definidas pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, para este ano, já que, por falta de tempo, a reforma política – que, em sua opinião, é não apenas prioridade do Legislativo, mas exigência da sociedade – só deverá ser votada em 2007.

Renan disse ainda, ontem, que até dezembro o Legislativo deverá votar o projeto que disciplina a edição, a revisão e o cancelamento de súmulas vinculantes pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e a proposta de emenda à Constituição que institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que se encontram na Câmara.

– São votações que precisam ser priorizadas. Insisto nessa agenda – ressaltou.

Indagado por uma jornalis-

ta sobre quando será votada a fixação dos subsídios dos parlamentares, o presidente do Senado disse que, por lei, isso tem de ser feito antes de iniciada a legislatura e que essa é uma decisão a ser dividida por todos os congressistas. Os jornalistas também quiseram saber a opinião de Renan sobre o que o presidente Lula está planejando para o próximo governo.

– O presidente ainda está pensando no que vai fazer. É só em janeiro que começa o novo governo. Ele tem tempo – respondeu Renan Calheiros.



Ao lado de Marcelo Crivella (C), Renan Calheiros (E) recebe o governador eleito do Rio de Janeiro, senador Sérgio Cabral

Em busca de melhores relações entre estados e União

Logo após ter recebido o governador eleito do Rio de Janeiro, senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), acompanhado do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), o presidente do Senado, Renan Calheiros, defendeu a importância do aprimoramento do pacto

federativo nas relações entre os estados e o governo federal.

Para o presidente do Senado, é necessário conciliar os interesses e necessidades dos estados – contemplando a renegociação das dívidas dos governos estaduais – com o equilíbrio e responsabi-

lidade fiscal já alcançados pelo país.

– É preciso sempre ter o olhar voltado para o país, rediscutir o pacto federativo, fortalecer as instituições, mas sem abrir mão de conquistas já alcançadas, como o equilíbrio fiscal – disse.



Valadares quer teto para mensalidades das dívidas municipais com INSS

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu ontem a aprovação, pelo Congresso Nacional, de mecanismo que estabeleça um teto de 10% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para a parcela mensal da dívida a ser paga pelos municípios com o Instituto Na-

cional do Seguro Social (INSS). Ele considera inaceitável o fato de algumas prefeituras serem obrigadas a destinar até 40% de suas receitas para o pagamento das dívidas previdenciárias.

– Um município ter o FPM de R\$ 500 mil e pagar R\$ 200 mil ou R\$ 220 mil de INSS é impraticá-

vel. É um verdadeiro toma lá, dá cá: o governo dá o FPM por um lado e tira por outro, através do endividamento das prefeituras, com o INSS – argumentou.

Valadares defendeu, ainda, o aumento do repasse de recursos do governo federal para os municípios. Ele lembrou que tramita

na Câmara proposta que eleva em um ponto percentual o FPM e disse que tem conversado com o presidente do Senado, Renan Calheiros, sobre a necessidade de o Congresso buscar, com o apoio do governo, uma solução alternativa que dê sobrevida aos municípios.

Ideli, Saturnino e Crivella saúdam a reeleição do presidente Lula. Estreantes na próxima Legislatura, Neuto de Conto e Adelmir Santana apresentam linhas de ação



Atuação de Neuto de Conto será voltada "a todos os brasileiros"

Neuto de Conto quer a criação de pacto federativo

O empresário Neuto de Conto (PMDB), que assume uma vaga no Senado decorrente da eleição do senador Leonel Pavan (PSDB) para vice-governador de Santa Catarina, é a favor de um pacto federativo com o objetivo de pautar o Legislativo na discussão de assuntos de interesse da sociedade. Em entrevista à Agência Senado, o futuro parlamentar afirmou que não vai levantar uma bandeira específica no Parlamento, pois pretende "legislar para todos os brasileiros e segmentos da sociedade".

– Acredito ser preciso esse pacto federativo para se encontrar soluções conjuntas para uma reforma política, econômica, social e tributária – enfatizou.

Ex-deputado federal que, na Câmara, foi relator da proposta de criação do plano de estabilização econômica que deu origem ao Plano Real, Neuto defende uma imediata realização da reforma política. Para ele, as mudanças devem começar por obrigar os partidos políticos a se responsabilizarem pelos atos de seus filiados.

Contador por formação e empresário do ramo da agroindústria, o futuro senador quer mudanças na área econômica, para, segundo ele, alargar a base tributária e diminuir a pirâmide. Na agroindústria, a solução, de acordo com Neuto, está na exportação, sendo necessário encontrar soluções que permitam flexibilidade no câmbio.

– O dólar está num nível muito baixo – disse.

Segundo turno permitiu clarear as diferenças entre propostas, diz Ideli

Em pronunciamento feito ontem, a líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), afirmou que a realização do segundo turno, que levou à reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva, foi salutar para o próprio presidente, para o Partido dos Trabalhadores, e, principalmente, para o país, pois as diferenças entre as propostas teriam ficado bem marcadas.

Para Ideli, as urnas mostraram que "as pessoas têm clareza da injustiça social reinante".

– A população nos deu um segundo mandato com um objetivo muito claro: crescer distribuindo renda com educação de qualidade – assinalou.

A parlamentar destacou que a mensagem das urnas deve estimular a reflexão e balizar tanto a postura do governo quanto da oposição nos próximos quatro anos.

– O papel das oposições é fundamental em qualquer democracia que



Para Ideli, eleitores mostraram que querem crescimento com distribuição de renda

leve a sério sua Constituição. Tenho acompanhado de forma muito atenta os pronunciamentos das diversas lideranças e sei que teremos oportunidade de debater e pactuar propostas que sejam do interesse do país – disse.

Ideli contestou a idéia de que exis-

tiriam "dois Brasis", frisando que a vitória de Lula deu-se em "todas as faixas, todas as regiões [com exceção da Região Sul] e em municípios de todos os tamanhos", sendo, portanto, "bastante significativa".

Em aparte, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) concordou com Ideli a respeito da importância do segundo turno das eleições para a nação.

– É claro que gostaríamos que nosso candidato tivesse saído vitorioso no primeiro turno, mas, depois de concretizados os resultados, inclusive com o crescimento registrado do primeiro para o segundo turno, vimos que o debate foi mais esclarecedor nessa segunda fase, em que os grandes temas vieram à tona – avaliou Saturnino.

A líder do PT aproveitou a ocasião para cumprimentar a colega de bancada Ana Júlia Carepa (PT-PA), eleita governadora de seu estado.

Saturnino saúda a vitória de Lula e aponta amadurecimento da democracia

Roberto Saturnino (PT-RJ) manifestou sua alegria com a vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e considerou o segundo turno das eleições presidenciais como genuína manifestação do amadurecimento da democracia no país. O senador elogiou também a postura "democrática e elevada" do candidato Geraldo Alckmin (PSDB), apontando, paralelamente, a importância do embate político naquela fase da campanha para a formação das convicções do eleitorado.

– Esse segundo turno, travado entre Lula e Alckmin, teve como resultado uma realização plena de manifestação

democrática como antes não tinha ainda ocorrido em nosso país. Isso na medida em que o povo mais simples, o povo trabalhador, o povo excluído do processo econômico e social formou a sua opinião independentemente do pensamento das elites – avaliou.

O povo brasileiro, de acordo com Saturnino, formou sua opinião própria e optou por um candidato com o qual se identificava pelas origens e pela implementação de programas sociais que estariam contribuindo para mudar o perfil da distribuição de riqueza no país. Segundo o parlamentar, "o povo não se deixou iludir por toda a campanha midiática voltada contra a



"O povo não se deixou iludir pela campanha contra a candidatura de Lula", diz Saturnino

candidatura Lula".

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) disse que só haverá vitória da democracia quando a Justiça alcançar todos os 40 indiciados por envolvimento com o mensalão, alguns deles eleitos ou reeleitos para o Congresso.

Crivella aplaude a reeleição do presidente Lula

Marcelo Crivella (PRB-RJ) ocupou ontem a tribuna para aplaudir o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela vitória na eleição em segundo turno, que lhe garantiu mais quatro anos de governo. Com seu gesto, o senador pretendeu traduzir o sentimento que, conforme disse, contagiou a nação no último domingo.

– Aplaudo o vencedor, mas sem esquecer de saudar a aguerrida



De acordo com Crivella, passadas as eleições, deixam de existir vencedores e vencidos

oposição, com os votos que cabem aos bravos que lutam, pois, como dizia Rui Barbosa, vale a pena lutar quando o dever se sobrepõe à confiança, e, em horas assim, a paixão pelo bem substitui com vantagem a

garantia de vitória – disse.

Seguindo outros senadores da base governista, Crivella estimulou o discurso da união pela busca de soluções para os problemas nacionais. Conforme o parlamentar, passadas as eleições, deixam de existir vencedores e vencidos, não há divisão da pátria.

– Somos uma só pátria, unidos em torno da decisão de 58 milhões que nos apontaram um rumo – afirmou.

Para Crivella, ao ser reeleito o presidente Lula também venceu "as forças da calúnia que se manifestaram por setores da mídia e tentaram deter a vontade do povo brasileiro".



Futuro senador pelo DF, Adelmir Santana quer a redução do Estado

Adelmir Santana vai defender a livre iniciativa

O futuro senador pelo Distrito Federal Adelmir Santana (PFL), que assume em fevereiro de 2007 no lugar do senador Paulo Octávio (PFL-DF) – eleito vice-governador –, disse ontem que vai seguir, no Parlamento, uma linha de defesa institucional, voltada para a livre iniciativa e a busca de recursos para o desenvolvimento de Brasília e das cidades satélites.

Empresário de Brasília, cidade onde reside há 42 anos, Adelmir ressaltou que é um defensor da redução da máquina administrativa.

– Vamos caminhar em direção às reformas tributária, política, fiscal, trabalhista e sindical. Temos que diminuir o tamanho do Estado e a burocracia para facilitar investimentos e o desenvolvimento – sustentou o senador eleito, que se formou em Administração de Empresas, iniciou sua carreira como funcionário público e, em 1971, passou a trabalhar em laboratórios farmacêuticos.

Propostas

Proprietário em Brasília da rede de drogarias Vison e presidente do Sistema Fecomércio-DF, Adelmir destacou ainda que, no Congresso, vai trabalhar pela unicidade sindical. Ele destacou que pretende apresentar projetos voltados a dar maior impulso à atividade comercial.

Questionado a respeito das últimas eleições, Adelmir afirmou que esperava uma renovação maior do Parlamento, principalmente, assinalou, em razão da crise política.

Arquivo Câmara dos Deputados

Roosevelt Pinheiro

Gerardo Magela

Gerardo Magela

Gabinete do Senador Paulo Octávio

Senador diz que repórteres foram constrangidos a revelar suas fontes, mas Ideli e Tuma recebem informação de que os jornalistas não ficaram incomunicáveis

Sibá sugere que Congresso discuta agenda mínima

Em pronunciamento no qual agradeceu aos eleitores do Acre pela vitória do presidente reeleito Lula, Sibá Machado (PT-AC) sugeriu que o Congresso discuta para a próxima legislatura, “uma agenda mínima que não se confunda com cooptação de partidos ou adesismo cego às propostas do governo”.

– É uma agenda que nasce de um certo consenso dentro do Congresso de que passa da hora de realizar as reformas de algumas instituições. O presidente Lula já sinalizou para a oposição da idéia de uma “concertação” nacional – lembrou.

A agenda proposta, disse o senador, confunde-se com uma agenda de reformas, principalmente políticas, porém dependente da interlocução com a oposição. Nessa pauta, frisou, estariam incluídos temas como o fortalecimento dos partidos políticos, o fim da reeleição para o Executivo com mandatos de cinco anos e modificações visando a tornar mais aparente a elaboração do Orçamento da União.

– Precisamos sair do terreno minado do processo eleitoral, superar as dificuldades da negociação política e, a partir do interesse nacional, fazermos alianças pontuais.



Sibá agradece a eleitores do Acre pelos votos dados ao presidente reeleito Lula

Roosevelt Pinheiro

ACM diz que crise nos aeroportos reflete “falta de ordem no país”

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) protestou contra a demora do governo em tomar uma decisão sobre os distúrbios nos aeroportos do país em função de uma operação padrão dos controladores de voo, que reivindicam melhoria salarial. Para o senador pela Bahia, o problema “reflete a falta de ordem no país”.

Ele lamentou que o ministro da Defesa, Waldir Pires, tenha declarado à imprensa que tudo será resolvido em 30 ou 60 dias.

– Considero inacreditável que ele tenha dito isso, enquanto os aeroportos estão paralisados e os passageiros passam os maiores vexames implorando para viajar – disse.

Antonio Carlos também criticou o baixo salário dos controladores de tráfego aéreo – cerca de R\$ 1,6 mil – diante da importância do cargo que exercem. Ele pediu ainda a intervenção do presidente do Senado no processo de resolução da crise, argumentando que é dever do Congresso defender os interesses da população.

O senador também cobrou a apuração de todos os crimes de corrupção dos quais foram acusados integrantes do PT e parlamentares ligados ao governo denunciados pelo Ministério Público por força das investigações das comissões parlamentares de inquérito (CPIs).

– Não sou eu que vou defender aqui o *impeachment* do presidente Lula, mas a oposição vai exigir as mudanças propostas pelo governo e a apuração das roubalheiras. Queremos respeito, senão não haverá nenhum diálogo.



Antonio Carlos pede solução rápida para paralisação dos controladores de voo

Genaldino Magalhães

Heráclito denuncia pressão da PF sobre jornalistas da revista *Veja*

Heráclito Fortes (PFL-PI) ocupou por duas vezes ontem a tribuna para denunciar uma tentativa de constrangimento de jornalistas da revista *Veja* por agentes da Polícia Federal (PF) em São Paulo. De acordo com o senador, os jornalistas foram pressionados a revelar as fontes que utilizaram para publicar a matéria “Operação abafa”. A PF, por sua vez, segundo informações do senador Tasso Jereissati (CE), presidente do PSDB, teria mantido os repórteres incomunicáveis, o que foi negado pelo delegado responsável.

Na reportagem, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, foi acusado de orientar os envolvidos com o caso do dossiê a blindarem o presidente Lula das acusações. Lembrando que sempre defendeu a Polícia Federal, Heráclito disse que “todas as vezes que o Palácio do Planalto e o Ministério da Justiça tentaram interferir nas ações da PF os resultados não foram bons”. O senador lamentou que o episódio tenha ocorrido logo após a conclusão do segundo turno das elei-



Heráclito: PF só teria cometido erros por interferência do Planalto e de Thomaz Bastos

Roosevelt Pinheiro

ções e, principalmente, depois de Lula ter declarado que pretende manter novo relacionamento com a imprensa em seu segundo mandato.

Após o pronunciamento de Heráclito, a líder do governo no Senado, Ideli Salvatti (PT-SC), e Romeu Tuma (PFL-SP) receberam informações do diretor da PF, Paulo Lacerda, garantindo que os repórteres da *Veja* não sofreram nenhum tipo de constrangimento. Apenas a primeira jornalista a prestar

depoimento teria sido advertida para não conversar com seus colegas, ao sair do interrogatório, para não prejudicar as investigações.

Heráclito, contudo, citando matéria veiculada no *Blog do Noblat*, criticou a postura do delegado da PF encarregado do caso por ter supostamente dirigido perguntas aos jornalistas que não diziam respeito ao inquérito aberto para apurar o vazamento de informações sobre o suposto encontro clandestino de Freud Godoy com Gedimar Passos. O senador criticou o coordenador da campanha de Lula e presidente interino do PT, Marco Aurélio Garcia, que, ao comentar a agressão a jornalistas por militantes petistas em frente ao Palácio da Alvorada, sugeriu que a imprensa fizesse uma “auto-reflexão” sobre sua atuação durante a campanha eleitoral.

– Quando não se corta o mal pela raiz, quando não se pune os que atentam contra liberdades, dá-se a liberdade para que outros assim procedam – alfinetou.

Mão Santa afirma que “ganhar uma eleição não é vitória da democracia”

Mão Santa (PMDB-PI) disse que “ganhar uma eleição não pode ser classificado como uma vitória da democracia, como declarou o presidente reeleito Luiz Inácio Lula da Silva”.

– Vencer uma eleição é ter mais votos que o adversário, mas a democracia é algo muito mais complexo, pois ela é baseada na divisão igualitária de poderes. Não teve vitória da democracia porque não existe poder mais avacalhado e desmoralizado do que o Legislativo, com mensaleiros e mensalão. Não temos nada a comemorar – disse.

O senador assinalou que uma grande parcela de eleitores não votou no se-

gundo turno “por vergonha, descrença e insatisfação”. Ele afirmou que o ex-presidente norte-americano Richard Nixon obteve uma reeleição “muito mais retumbante” do que a de Lula, e os repórteres do jornal *Washington Post* também foram pressionados, mas não se intimidaram e revelaram que Nixon havia usado meios impróprios para vencer a eleição, levando o presidente a renunciar.

– Aqui, todos os que fizeram falcaturas foram eleitos e voltaram; o homem dos dólares na cueca ganhou. A ignorância é audaciosa – frisou.

Mão Santa disse ainda que vai co-



Mão Santa promete cobrar “as promessas que Lula fez ao povo do Piauí e ainda não cumpriu”

Roosevelt Pinheiro

brar “as promessas que o presidente Lula fez ao povo do Piauí e ainda não cumpriu”, como a conclusão das obras de recuperação de ferrovias; as obras do Porto de Luiz Correia; o Hospital Universitário; o Pronto-Socorro de Teresina; a Universidade do Delta; e a construção de cinco hidrelétricas.

Bornhausen lê nota do PFL sobre resultado das eleições presidenciais

O presidente nacional do PFL, Jorge Bornhausen (SC), leu nota da Comissão Executiva Nacional do partido expressando a posição de acatar e respeitar a decisão do povo de reeleger o presidente Lula. Segundo a nota, o partido continuará a fazer oposição ao governo, procurando fiscalizar e denunciar seus eventuais erros. “O



“Não daremos qualquer passo em direção ao Palácio do Planalto”, diz Bornhausen

Roosevelt Pinheiro

PFL não se rende, não adere e, sem ressentimentos, reassume seu papel de oposição. Essa é a única atitude digna de um partido que disputa

eleições democráticas”, disse.

Na nota, o PFL ainda registra seu reconhecimento “à competência e à coragem” do candidato Geraldo Alckmin e de seu vice, senador José Jorge (PFL-PE), em levar seu programa de governo a todo o país.

Após a leitura, Bornhausen reafirmou a decisão de manter uma oposição “rigorosa e fiscalizadora”.

– O PFL continuará lutando pela liberdade, pelo desenvolvimento e pela democracia. Não daremos qualquer passo em direção ao Palácio do Planalto – sustentou.

Agripino diz que resultado das eleições deixou Lula arrogante

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), disse que o grande número de votos recebidos no segundo turno das eleições levou o presidente Lula a ficar arrogante e “calçar salto 30”. O senador afirmou que casos parecidos no passado “deram com os burros n’água”, assinalando que não deseja o mesmo para Lula.

– Em sua primeira declaração, Lula disse que quer mudar sua relação com a imprensa e a primeira consequência prática disso foi a Polícia Federal trancafiar e constringer por duas horas e meia dois jornalistas da revista *Veja*. Será que a nova postura de Lula é constringer a mídia?

O senador também considerou arrogante a forma como o presidente declarou que vai convocar todos os partidos para uma reunião com o objetivo de começar as reformas, acrescentando que quem não comparecer terá que se explicar. Agripino declarou que Lula não engana os partidos e perguntou por que o presidente quer se reunir com todos em seu gabinete.

– Para quê? O que Lula entende de microempresa? Quem tem que se explicar é ele, sobre o mensalão,



Fotos: Rosevelt Pinheiro

Agripino: “Presidente calçou salto 30 e marcou reunião só para tirar fotografia”

o dossiê, as cartilhas, a multa por crime eleitoral. As reformas da Previdência, tributária e política foram discutidas aqui no Congresso e não precisou ninguém ir ao Palácio do Planalto para tirar fotografia – friso.

José Agripino destacou ainda que as reformas política e tributária só não foram votadas na Câmara porque o próprio governo Lula não conseguiu convencer sua base parlamentar a votá-las. Ele afirmou que a oposição cobrará todas as promessas feitas na campanha.

– Quem legítima uma vitória não é o resultado das urnas, mas o desempenho do mandato – concluiu.

Segundo turno revela menor índice de urnas substituídas

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) registrou no segundo turno das eleições de 2006 o menor índice de substituição de urnas eletrônicas dos últimos pleitos. De acordo com a estatística final dos equipamentos utilizados no domingo, apenas 2.628 urnas eletrônicas (0,73% de um total de 361.431 em atividade) foram trocadas em todo o país. O percentual está incluído na margem de troca considerada normal pelo tribunal, de até 1%.

O número de urnas substituídas foi menor que a margem registrada no primeiro turno, quando houve a troca de 3.402 urnas (0,94% do total). Segundo as estatísticas do TSE, o percentual de substituição do segundo turno é equivalente ao índice registrado nas eleições de 2004, quando foram trocadas 2.982 (0,74%) urnas. Em 2002, foram substituídas 5.719 urnas ou 1,41% do total.

Proporcionalmente, os percentuais mais altos de substituição foram registrados em Sergipe, com 2,96% de urnas trocadas (119); no Distrito Federal, 1,71% (74); em Mato Grosso, 1,54% (91); em Roraima, 1,54% (12); no

Rio Grande do Sul, 1,29% (317); e em Alagoas, 1,18% (61).

Em números absolutos, ocorreram mais substituições de urnas eletrônicas nos maiores colégios eleitorais: 484 (0,73%) em São Paulo; 317 (1,29%) no Rio Grande do Sul; 235 (1,04%) no Paraná; 205 (0,50%) em Minas Gerais; e 203 (0,7%) no Rio de Janeiro.

A estatística final do TSE revelou ainda que a votação manual, por meio de cédulas de papel, teve de ocorrer em 90 seções (0,025% das 380.945 seções eleitorais). No primeiro turno, houve votação por cédula em 108 seções. Já no segundo turno, esse tipo de votação ocorreu com mais frequência em Minas Gerais (14 seções), Rio Grande do Sul (12), São Paulo (11) e Bahia (8). O processo de votação foi totalmente eletrônico no Distrito Federal, em Mato Grosso do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e Tocantins.

As mais de 361 mil urnas utilizadas nas eleições devem permanecer lacradas até 60 dias após a proclamação do resultado, que será feita pelo presidente do TSE, ministro Marco Aurélio Mello.

Senador afirma, em defesa da proposta de sua autoria, que, se *lobby* já estivesse regulamentado, muitos casos de corrupção teriam sido evitados

Maciel quer votação de projeto que disciplina atividade lobista

O senador Marco Maciel (PFL-PE) pediu ontem, em discurso, que a Câmara dos Deputados vote projeto de sua autoria, já aprovado pelos senadores, que regulamenta as atividades de *lobby* no país. Ele ponderou que há tempos os países desenvolvidos disciplinaram o assunto, o que leva maior transparência ao processo democrático, ao identificar todas as pessoas e empresas que fazem a defesa de interesses no Congresso, no Executivo e até no Judiciário.

Num momento em que o país enfrenta uma crise de fundo ético, Marco Maciel entende que não se pode mais adiar a normatização do *lobby* – seu projeto tramita no Congresso há quase 17 anos. Se já estivesse regulamentado, “muitos



Maciel argumenta que iniciativa visa dar maior transparência à atuação

escândalos teriam sido evitados”, com as devidas punições, acredita o senador.

O primeiro resultado da regulamentação será a identificação dos agentes e seus interesses, o que, no entendimento de Maciel,

elimina “as influências escusas, que precisam da penumbra” para agir. O projeto prevê que as pessoas e as empresas de *lobby* serão registradas perante as Mesas do Senado e da Câmara, as quais distribuirão credenciais para total identificação dos lobistas.

Além disso, eles teriam de apresentar ao Congresso relatórios dos gastos de sua atuação. Toda empresa de *lobby* precisará informar os nomes de seus sócios, empregados e valores recebidos de grupos contratantes para a defesa de projetos.

– A modernização da economia deve implicar modernização também da política e do direito. Não se pode ignorar a existência do *lobby* e, assim, precisamos enquadrá-lo na lei.

Tuma pede esclarecimentos à Aeronáutica sobre aeroportos

Romeu Tuma (PFL-SP) solicitou à Aeronáutica que encaminhe ao Congresso esclarecimentos sobre a situação dos controladores de tráfego aéreo. Os controladores vêm trabalhando em ritmo reduzido há cerca de uma semana, em protesto pela sobrecarga de procedimentos sob a responsabilidade de poucos profissionais. Sua mobilização vêm causando atrasos e cancelamentos nos aeroportos de todo o país.

– Precisamos saber o que está acontecendo. Há vários aviões no céu do Brasil. Se há incapacidade física dos operadores, o governo tem que criar cargos, para que tenhamos segurança para voar – disse o senador, defendendo, inclusive, a convocação de alguma autoridade que possa dar ciência do problema ao Congresso.

Tuma citou reportagem publicada ontem pelo jornal *O Estado*

de S. Paulo, que compara a situação dos controladores brasileiros com a dos norte-americanos. Segundo o jornal, nos Estados Unidos, cada operador fica responsável por apenas um avião; e, no Brasil, eles chegariam a controlar até 20 vôos ao mesmo tempo. O sindicato da categoria exige que sejam, no máximo, 14. As diferenças salariais e de condições de trabalho também seriam gritantes.

– O acidente com o avião da Gol nos deixa um pouco a suspeita de que a sobrecarga sobre os operadores pode ter causado alguma dificuldade no acompanhamento dos vôos – frisou.

Depois do acidente, ocorrido em 29 de setembro, em que morreram 154 pessoas, os controladores decidiram não trabalhar mais acima da sua capacidade e respeitar os procedimentos de vôo. Segundo



Para Tuma, acidente com avião da Gol pode revelar sobrecarga de operadores

a agência de notícias *Reuters*, a mobilização foi uma reação da categoria à suspeita de que a conduta de um funcionário do Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo, em Brasília (Cindacta 1) teria contribuído para o acidente.

Em aparte, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) esclareceu que o presidente Lula está tomando “providências urgentes” para resolver a situação, pois sabe que vidas estão em jogo, assim como a economia do país – afirmou.

Conheça o Senado
Você também vai se encantar

2ª a 6ª feira
Manhã - 9h30 10h30 11h30
Tarde - 14h30 15h30 16h30

Sábados, domingos e feriados
10h 11h 12h 13h 14h

VISITE O SENADO
www.senado.gov.br



Roosevelt Pinheiro

Roberto Cavalcanti coordenou delegação brasileira em encontro

Parlamentares querem reduzir gasto militar

O senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) comentou sua participação na 115ª Assembléia da União Interparlamentar, realizada de 16 a 18 deste mês em Genebra, Suíça. Coordenador da delegação brasileira no evento, o parlamentar se disse emocionado ao votar em nome do Brasil em favor de acordos internacionais para barrar a ação do terrorismo e para reduzir gastos militares.

Um dos pontos altos do encontro, segundo relatou, foi o momento em que 500 legisladores de 127 países fizeram um apelo à Coreia do Norte para rever a decisão de se retirar do tratado de não-proliferação de armas nucleares. Os participantes da assembléia também teriam chegado a um consenso sobre a necessidade de a Coreia do Norte se empenhar em cumprir obrigações diante da comunidade internacional sobre uso de energia nuclear para fins pacíficos.

– Foi feito um apelo a todos os países no sentido de ratificar acordos e assumir políticas nacionais de não-transferência de matérias-primas e tecnologia para disseminação desse tipo de arma – acrescentou o parlamentar.

Em relação à condenação de atos de terrorismo, a 115ª Assembléia da União Interparlamentar foi enfática, disse Roberto Cavalcanti. O encontro cobrou ainda, segundo o senador, a responsabilidade dos Poderes Legislativo e Judiciário em garantir a manutenção do estado de direito e a preservação dos direitos humanos.

Tempo reduzido para análise de documentos e atraso nos vôos fizeram com que CPI dos Sanguessugas deixasse de ouvir ontem os envolvidos na tentativa de compra de dossiê contra políticos do PSDB

Comissão adia depoimentos de Lorenzetti, Gedimar e Padilha

Foram adiados os depoimentos de Jorge Lorenzetti, Gedimar Pereira Passos e Valdebran Padilha na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) dos Sanguessugas. Eles são acusados de tentar comprar um dossiê que supostamente incriminaria candidatos do PSDB no caso da máfia das ambulâncias. A decisão pelo adiamento foi do presidente da comissão, deputado federal Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), após solicitação do deputado federal Raul Jungmann (PPS-PE) e consulta aos membros da CPI que estavam presentes à sessão. Ainda não foi marcada uma nova data para que a comissão ouça os três.

– Eu era a favor da realização dos depoimentos – declarou Biscaia, acrescentando que “tudo indica que houve um entendimento entre o PT e o PSDB para que não

fosse realizada a audiência”.

Logo no início da reunião, o vice-presidente da CPI, deputado Raul Jungmann, solicitou o adiamento, argumentando que não houve tempo para que os integrantes da comissão analisassem dados relacionados ao caso, já que a comissão havia recebido somente na sexta-feira parte da documentação sobre o inquérito conduzido pela Justiça Federal de Mato Grosso. Jungmann também disse que a operação padrão realizada pelos controladores de tráfego aéreo, que tem causado o atraso de vôos em aeroportos do país, estaria impedindo a volta de parlamentares a Brasília a tempo de participar das sessões.

Outros membros da comissão – tanto governistas como opositores – também se manifestaram favoravelmente ao adiamento, reiterando a necessi-

dade de tempo para analisar a documentação. Entre eles estavam o relator da CPI, senador Amir Lando (PMDB-RO), a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) e o deputado federal Carlos Sampaio (PSDB-SP), que é sub-relator da comissão.

Segundo a secretaria da CPI dos Sanguessugas, a documentação recebida na última sexta-feira é composta de relatórios de quebra dos sigilos telefônicos de alguns dos envolvidos no escândalo do dossiê, cruzamentos de dados relacionados a essa quebra e transcrições de interrogatórios conduzidos pela Polícia Federal, entre outros itens.

Questionado por jornalistas, o presidente da CPI declarou que “o clima na comissão azedou depois do primeiro turno, mas agora está ameno. O entendimento é fundamental”.



Márcio Kallume

Ao lado de Raul Jungmann (E) e Antonio Carlos Biscaia, o relator Amir Lando (D) diz que investigações estão bem adiantadas

Lando promete relatório até 22 de dezembro

O relator da CPI dos Sanguessugas, senador Amir Lando (PMDB-RO), garantiu que apresentará o relatório das investigações da comissão antes de 22 de dezembro, prazo final dos trabalhos da comissão. Lando reuniu-se ontem com o presidente da CPI, deputado Antonio Carlos Biscaia, com a líder do PT, senadora Ideli Salvatti, e com Sibá Machado (PT-AC) para analisar o andamento dos trabalhos da CPI após as eleições.

Lando ressaltou que a CPI deve propor sugestões para evitar a utilização indevida dos recursos de emendas parlamentares ao

Orçamento da União e para criar instrumentos que assegurem a chegada desses recursos a seu destino.

Na opinião do relator, as investigações sobre a chamada máfia das ambulâncias – esquema de compra superfaturada de ambulâncias com recursos do Orçamento – já estão bem adiantadas na Polícia Federal e na Justiça Federal. Para o senador, a CPI deve apurar o resultado dessas investigações e focar suas atividades no fato determinado que gerou a instalação da comissão, evitando influências partidárias.

– O compromisso da CPI é com

a verdade, não com os partidos políticos. Nada vai impedir que se conclua a tarefa, trabalhando em cima dos fatos que têm o contorno de vantagens auferidas a partir das emendas na área da Saúde – disse Lando.

O relator defende também a investigação de fatos correlatos ao objetivo principal da CPI, como o episódio da tentativa de compra de dossiê contra candidatos do PSDB.

O presidente da CPI, deputado Antonio Carlos Biscaia, manifestou ontem a opinião de que o relatório final da CPI deve mencionar o caso do dossiê.

Apuração sobre o Executivo não avança, diz Redecker

O deputado federal Júlio Redecker (PSDB-RS) declarou ontem que “está sendo sepultada” a investigação feita pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Sanguessugas sobre o envolvimento do Poder Executivo com a máfia das ambulâncias.

O parlamentar, responsável pela sub-relatoria da CPI que trata dessa investigação, protestou contra o fato de que ainda não foram votados diversos requerimentos de sua autoria que solicitam quebra de sigilos fiscal, bancário e telefônico e também convocações para depoimentos.

– Não é possível avançar sem a aprovação desses requerimentos – argumentou ele, acrescentando que essa paralisação “é uma ação deliberada”.

O presidente da CPI dos Sanguessugas, deputado Antonio Carlos Biscaia, rebateu as declarações de Redecker, afirmando que “não há, nem nunca houve intenção deliberada de sepultar essas investigações”. Segundo Biscaia, os requerimentos em questão não foram votados porque, em muitas ocasiões, não houve quórum para isso.

Ex-ministros

O relator da CPI, senador Amir Lando, também discordou de Redecker. Ele disse que as investigações sobre o Executivo continuarão a ser realizadas, e que prova disso será a vinda de quatro ex-ministros da Saúde à comissão, na semana que vem, com o objetivo de prestarem esclarecimentos sobre suas gestões. São eles José Serra e Barjas Negri, que chefiaram a pasta durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, e Humberto Costa e Saraiva Felipe, ex-ministros de Lula.

Redecker ressaltou que espera pela votação de seus requerimentos desde 5 de setembro – naquela ocasião, ele já havia protestado contra a não apreciação de suas solicitações –, e que o encerramento dos trabalhos da CPI está previsto para 18 de dezembro.

– O tempo urge contra nós – declarou o deputado.



Roosevelt Pinheiro

Paim elogia iniciativa do ministro da Educação em realizar seminário

Paim destaca seminário sobre educação técnica

O senador Paulo Paim (PT-SP) cumprimentou ontem o ministro da Educação, Fernando Haddad, e o secretário de Educação Profissional e Tecnológica da pasta, Eliezer Pacheco, pela realização de audiência pública sobre o ensino técnico e profissionalizante, no próximo dia 6 de novembro, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília.

Paim, que será um dos painelistas, vai debater a proposta de criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) com profissionais da área. O senador destacou que o Fundeb viabilizará recursos da ordem de R\$ 3,5 bilhões para o ensino técnico e profissionalizante no país.

— É um sonho de todo brasileiro uma escola técnica em toda cidade, por menor que seja.

Eleições

Ao comentar a eleição da candidata do PSDB, Yeda Crusius, para governadora do Rio Grande do Sul, no segundo turno, Paulo Paim salientou a votação expressiva obtida pelo candidato petista Olívio Dutra, que alcançou quase 47% dos votos válidos. Ressaltou também a “vitória da democracia”, com a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Florestan Fernandes

Paim defendeu, ainda, projeto de sua autoria propondo a instituição do Dia Nacional de Reflexão das Diferenças, a ser celebrado em 10 de agosto, data da morte do ex-deputado federal e sociólogo Florestan Fernandes, falecido em 1995.

O parlamentar lembrou que Florestan Fernandes dedicou-se a combater toda forma de preconceito. Acrescentou que, ao lutar contra a desigualdade social, Florestan promoveu “uma revolução sociológica”, ao lado de homens como Darcy Ribeiro, Betinho e Chico Mendes. Em aparte, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) elogiou a iniciativa do representante gaúcho.

Relator-geral da proposta, senador Valdir Raupp deve se reunir com o ministro do Planejamento para se informar sobre os pontos que o Executivo pretende modificar

Governo vai propor alterações ao projeto de lei orçamentária

O relator-geral do projeto de Orçamento da União para 2007, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), disse ontem que o governo decidiu modificar a proposta e, para isso, vai enviar mensagem ao Congresso nos próximos dias. Raupp deve se reunir com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, para se informar sobre as intenções do Poder Executivo. O senador afirmou à imprensa desconhecer que pontos o Executivo quer alterar.

Pelas normas que regem a lei orçamentária anual, o governo só pode fazer modificações no projeto enviado ao Congresso antes do início da votação, o que só não ocorreu ontem por falta de quórum na Comissão Mista de

Orçamento (CMO). A operação padrão dos controladores de vôos nos aeroportos, que vem atrasando os embarques, impediu que parlamentares chegassem a tempo para o início da discussão do parecer preliminar apresentado por Raupp.

Nova reunião da CMO foi convocada para a quarta-feira da próxima semana, dia 8, o que dará tempo para o envio de modificações orçamentárias ao Congresso. No parecer preliminar, o senador Raupp destaca que o Ministério do Planejamento não previu todos os gastos comprometidos em acordos partidários, inclusive para ressarcimento de isenções de impostos concedidas pelos estados exportadores,

segundo a Lei Kandir.

O relator advertiu que, se o Congresso não derrubar um artigo do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2007, que prevê redução de 0,1% do produto interno bruto (PIB) nos gastos correntes — pessoal, previdência e compra de produtos e serviços —, ele será obrigado a cortar R\$ 5,2 bilhões na proposta orçamentária.

A comissão decidiu pedir ao relator da LDO, senador Romero Jucá (PMDB-RR), que apresente emenda eliminando o artigo que trata da redução nas despesas correntes. A LDO já foi aprovada pela Comissão de Orçamento, faltando apenas a deliberação no Plenário do Congresso.

Alíquota da Cide sobre gasolina de aviação poderá ser bem menor

O projeto que concede à gasolina de aviação a mesma alíquota da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico sobre Combustíveis (Cide) incidente sobre o querosene, hoje bem menor, é uma das matérias da pauta da reunião da próxima terça-feira da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

De autoria do deputado Roberto Balestra (PP-GO), a proposição tem como relatora a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que deu parecer favorável à proposta. Se aprovado na CAE, o projeto ainda será apreciado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). No dia 3 de outubro, a proposta

foi examinada na CAE, mas pedido de vista da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) adiou a decisão.

Para o querosene de aviação, a alíquota da Cide, instituída pela Lei 10.336, é cerca de 10 vezes menor que o valor aplicado sobre a gasolina de aviação, taxada no mesmo padrão da utilizada pelos automóveis. A diferença de tratamento foi mantida em normas que alteraram a tributação do querosene de aviação, em 2004, informa Lúcia Vânia.

A relatora afirma que o Ministério da Defesa, por meio de nota técnica, tomou posição a favor da matéria. No nota, segundo Lúcia Vânia, o ministério salienta que a



Roosevelt Pinheiro

Lúcia Vânia já apresentou parecer favorável à proposta da Câmara

gasolina de aviação produz grande impacto sobre o preço final dos serviços do setor.

De acordo com o Ministério da Defesa, a alta incidência de tributos “incentiva o descaminho e o uso de combustíveis não autorizados, inclusive o álcool, induzindo à evasão fiscal”, destacou a senadora.

Seminário discute acesso da população à internet

Seminário sobre o tema “Internet para todos — uma estratégia focada nos municípios” será promovido no dia 7 pela Câmara dos Deputados. A abertura do evento, às 9h, deverá contar com a presença dos ministros das Comunicações, Hélio Costa; do Planejamento, Paulo Bernardo; e da Casa Civil, Dilma Rousseff. Organizado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática daquela Casa, o encontro discutirá es-

tratégias para estender a toda a população o acesso à internet.

Serão feitos três painéis de debate ao longo do dia. O primeiro abordará modelos de implantação e sustentabilidade de um sistema de acesso à internet; o segundo analisará experiências locais de implantação desses modelos, enquanto o terceiro tratará das adequações necessárias na legislação para se promover a universalização da rede mundial.

Entre os participantes, estarão o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Plínio de Aguiar Júnior, o diretor-presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), Renato da Silveira Martini, e o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski. O seminário será realizado no auditório Nereu Ramos da Câmara e tem encerramento previsto para as 18h.



Moreira Mariz

Projeto de Mercadante está em exame na Comissão de Assuntos Sociais

Mercadante quer assegurar remédio gratuito a carentes

Em sua próxima reunião, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) votará projeto de lei do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) que estabelece a distribuição gratuita de medicamentos essenciais e de uso continuado a pessoas carentes, definidas como integrantes de família cuja renda mensal *per capita* não exceda a um quarto do salário mínimo.

O relator, senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), apresentou substitutivo à matéria, com parecer pela rejeição a dois projetos de lei (PLS 210/02 e PLS 352/03) que tramitam em conjunto com a proposição de Mercadante (PLS 111/03), por considerar esse último mais abrangente em relação à distribuição de medicamentos.

Tourinho optou por elaborar um substitutivo para aproveitar emenda apresentada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde a proposta já foi aprovada. A emenda definiu como carentes os integrantes do Cadastro Único dos Programas Sociais da União ou os idosos e pessoas com deficiência que recebam o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Pela proposta, as pessoas carentes que necessitem de tratamento com medicamentos constantes da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename) poderão recebê-los gratuitamente em farmácias e drogarias comerciais, desde que os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) não possam fornecer o medicamento no distrito sanitário onde o beneficiário estiver sendo atendido, no ato da solicitação. Caberia ao SUS o ressarcimento às farmácias e drogarias que fornecerem os medicamentos.

A CAS também examinará o PLS 302/03, de Luiz Otávio (PMDB-PA), que altera a lei do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, a fim de permitir o acesso de trabalhadores eventuais e autônomos a esse instrumento.